

UNIMED DE DRACENA

COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2023 e 2022

CONTEÚDO:

- Relatório da Administração
- Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis
- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)
- Notas Explicativas



Rua Euclides da Cunha, 501
17900-000 – Centro – Dracena - SP
(18) 3821-9300

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no item 6.3.7, do Anexo I, da Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) nº 528, de 29 de abril de 2022, a **UNIMED DE DRACENA – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**, com sede na Rua Euclides da Cunha, nº 501, bairro Centro, CEP 17.900-000, no município e comarca de Dracena, Estado de SP, inscrita no CNPJ nº 68.204.486/0001-13, com registro na ANS sob o nº 31478-1, apresenta seu Relatório de Administração, exercício 2023, conforme segue.

A) POLÍTICA DE DESTINAÇÃO DE LUCROS / SUPERÁVITS / SOBRAS

Conforme legislação cooperativista será colocado à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) a sobra contábil no valor de R\$ 2.440.588,93 (Dois milhões, quatrocentos e quarenta reais, quinhentos e oitenta e oito reais e noventa e três centavos).

B) NEGÓCIOS SOCIAIS E PRINCIPAIS FATOS INTERNOS E/OU EXTERNOS QUE TIVERAM INFLUÊNCIA NA “PERFORMANCE” DA SOCIEDADE/ ENTIDADE E/OU NO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Os principais fatores que implicaram no resultado foram:

- 1) Redução do custo assistencial em 11,69% em virtude da criação de serviços próprios, novas parcerias comerciais, que permitiram o gerenciamento dos custos;
- 2)- Aumento em 16,85% no faturamento da cooperativa em decorrência dos reajustes aplicados nos planos coletivos, aumento da carteira de clientes e gestão de contratos deficitários;
- 2) Melhor rentabilização dos recursos financeiros, com aplicações em papéis com maior retorno, porém, mantendo o nível de segurança;
- 4) Controle das despesas administrativas, com adoção de tecnologias RPA para automação de processos repetitivos de trabalho.

C) REORGANIZAÇÕES SOCIETÁRIAS E/OU ALTERAÇÕES DE CONTROLE DIRETO OU INDIRETO

Em relação ao quadro societário, no ano de 2023 houve, 3 admissões e 10 desligamentos de cooperados.



Rua Euclides da Cunha, 501
17900-000 - Centro - Dracena - SP
(18) 3821-9300

D) PERSPECTIVAS E PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO PARA O(S) EXERCÍCIO(S) SEGUINTE(S)

Os principais aspectos estão contemplados no planejamento estratégico aprovado pela diretoria executiva para o ano de 2024 e que contempla os seguintes tópicos:

- 1) Ampliação de serviço próprios com aumento de leitos hospitalares;
- 2) Criação de centro de infusão de medicamentos;
- 3) Implantação de serviço de oncologia;
- 4) Adoção de medidas de prevenção e promoção da saúde para os beneficiários.

E) DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS INVESTIMENTOS REALIZADOS, OBJETIVO, MONTANTES E ORIGENS DOS RECURSOS ALOCADOS, INCLUSIVE AQUELES VOLTADOS AOS PROGRAMAS DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO À SAÚDE

- 1) Criação da clínica para tratamento de TEA – Transtornos de Espectro Altista, para possibilitar acesso a rede, com atendimento resolutivo às crianças que necessitavam R\$ 499.922,29.
 - 2) Investimento em inovação para automação de processos (RPA) - no valor de R\$ 57.980,00.
- Todos os recursos foram originados da geração de caixa das operações de planos de saúde e rentabilização dos recursos financeiros.

F) RESUMO DOS ACORDOS DE ACIONISTAS

Item inaplicável à operadora classificada como cooperativa médica.

G) DECLARAÇÃO SOBRE A CAPACIDADE FINANCEIRA E A INTENÇÃO DE MANTER, ATÉ O VENCIMENTO, OS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS CLASSIFICADOS NA CATEGORIA MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

O tipo de aplicação, mantidas até o vencimento, não é praticado pela operadora.

H) EMISSÃO DE DEBÊNTURES

Item inaplicável à operadora classificada como cooperativa médica.

I) INVESTIMENTOS DA COMPANHIA EM SOCIEDADES COLIGADAS E CONTROLADAS E MENCIONAR A MODIFICAÇÕES OCORRIDAS DURANTE O EXERCÍCIO



Rua Euclides da Cunha, 501
17900-000 - Centro - Dracena - SP
(18) 3821-9300

A operadora não possui coligadas e controladas.

J) DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE OPERAÇÕES SUSPEITAS

No exercício anterior não houve ocorrência de operações suspeitas ou as operações suspeitas identificadas no exercício foram informadas ao Conselho de Controle de Atividade Financeiras (COAF), conforme determina o inciso III, do artigo 11, da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998.

Dracena/SP, 31 de dezembro de 2023.

Dr. Paula Erika Osaki da Fonseca
Diretor Presidente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Senhores Administradores da
UNIMED DE DRACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **UNIMED DE DRACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIMED DE DRACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências da auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 20 de fevereiro de 2024.

WALTER HEUER - WH AUDITORES INDEPENDENTES

CVM Nº 8710 CRC - RJ 319/O S 8 MG

CNPJ Nº 42.465.302/0002-66



LUIS ALBERTO NAVA SALAZAR

Responsável técnico
CONTADOR CRC - RJ - 034860/O

UNIMED DE DRACENA COOP.DE TRAB.MEDICO

CNPJ - 68.204.486/0001-13

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(VALORES EM R\$ 1)

ATIVO	Nota	SALDO EM 31/12/2023	SALDO EM 31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		<u>27.885.865</u>	<u>19.207.939</u>
Disponível		36.769	24.112
Realizável		27.849.096	19.183.827
Aplicações Financeiras	5	22.314.628	14.641.131
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		6.851.242	6.189.236
Aplicações Livres		15.463.387	8.451.895
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	2.077.665	1.037.246
Contraprestação Pecuniária a Receber / Prêmio a Receber		1.230.273	279.907
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		121.985	75.210
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		515.006	499.211
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		210.401	182.918
Créditos de Oper. De Assist. à Saúde Não Relacionados Planos de Saúde da Operadora	7	1.022.346	1.828.463
Créditos Tributários e Previdenciários		1.255.701	591.849
Bens e Títulos a Receber	8	1.122.092	1.078.821
Despesas Antecipadas		19.315	2.592
Conta Corrente com Cooperados		37.348	3.725
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>8.692.863</u>	<u>9.172.615</u>
Realizável a Longo Prazo		850.753	985.017
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	850.753	985.017
Investimentos		1.808.046	1.793.925
Participações Societárias Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial		1.808.046	1.793.925
Participações em Outras Sociedades	10	1.808.046	1.793.925
Imobilizado	11	5.922.737	6.245.926
Imóveis de Uso Próprio		4.436.119	4.680.890
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		4.383.460	4.628.231
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		52.659	52.659
Imobilizado de Uso Próprio		1.087.758	1.063.992
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		714.881	609.479
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		372.877	454.513
Imobilizações em curso		42.141	-
Outras Imobilizações		65.416	77.300
Direito de Uso Arrendamentos		291.303	423.744
Intangível	12	111.327	147.747
TOTAL DO ATIVO		<u>36.578.728</u>	<u>28.380.554</u>

UNIMED DE DRACENA COOP.DE TRAB.MEDICO

CNPJ - 68.204.486/0001-13

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(VALORES EM R\$ 1)

PASSIVO	Nota	SALDO EM 31/12/2023	SALDO EM 31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE		<u>11.558.974</u>	<u>8.747.293</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	3.859.527	4.864.311
Provisões de Prêmios / Contraprestações		598.494	1.067.116
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		203.638	209.313
Provisão de Insuficiência de Prêmios		261.704	691.569
Provisão para Remissão		133.152	166.234
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		25.366	15.083
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		1.222.421	1.394.321
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		1.728.165	2.387.791
Outras Provisões Técnicas		285.081	-
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	14	510.748	128.759
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		6.610	14.490
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		501.989	112.075
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		2.149	2.194
Débitos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacion. com Planos Saúde da Operadora	15	852.228	895.948
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	1.187.039	568.305
Débitos Diversos	17	5.149.432	2.289.970
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>6.440.340</u>	<u>1.371.721</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	41.776	61.160
Provisão para Remissão		41.776	61.160
Provisões		6.132.990	913.259
Provisões Judiciais	18	6.132.990	913.259
Débitos Diversos		265.574	397.302
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	<u>18.579.414</u>	<u>18.261.540</u>
Capital Social		9.925.161	12.070.169
Reservas		6.213.664	5.414.667
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		6.213.664	5.414.667
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		2.440.589	776.705
TOTAL DO PASSIVO		<u>36.578.728</u>	<u>28.380.554</u>

UNIMED DE DRACENA COOP.DE TRAB.MEDICO

CNPJ - 68.204.486/0001-13

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DEZEMBRO

(VALORES EM R\$ 1)

	Nota	SALDO EM 31/12/2023	SALDO EM 31/12/2022
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		33.182.428	28.433.066
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		34.441.408	28.974.769
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		33.959.076	29.580.196
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		482.332	(670.355)
Receita com Administração		-	64.928
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(1.258.980)	(541.703)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		(23.315.399)	(26.403.055)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(23.975.024)	(25.652.083)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		659.625	(750.972)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		9.867.029	2.030.011
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde		115.817	384.905
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		6.319.640	11.734.848
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		360.622	5.085.690
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		2.347.588	3.113.581
Outras Receitas Operacionais		3.611.430	3.535.577
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(36.305)	(31.414)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(6.007.981)	(80.424)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(5.835.707)	(5.300)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		-	-
Provisão para Perdas sobre o Crédito		(172.274)	(75.124)
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde não Relac. c/Pl. de Saúde da OPS		(3.966.205)	(8.408.015)
RESULTADO BRUTO		6.291.995	5.629.911
Despesas de Comercialização		(38.569)	-
Despesas Administrativas	20	(6.802.370)	(6.027.026)
Resultado Financeiro Líquido	21	3.301.559	851.747
Receitas Financeiras		4.181.185	1.876.785
Despesas Financeiras		(879.626)	(1.025.038)
Resultado Patrimonial		39.974	72.761
Receitas Patrimoniais		42.193	105.431
Despesas Patrimoniais		(2.219)	(32.670)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		2.792.589	527.393
Imposto de Renda		(206.667)	(22.860)
Contribuição Social		(83.040)	(12.550)
Participações sobre o Lucro		(40.000)	-
RESULTADO LÍQUIDO		2.462.882	491.983

UNIMED DE DRACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ - 68.204.486/0001-13
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DEZEMBRO
(VALORES EM RS 1)

	<u>31/12/2023</u>
Resultado Líquido do Exercício 2023	<u>2.462.882</u>
Reversão do RATES/FATES	411.063
Reserva legal 10%	(238.768)
RATES/FATES 5%	(119.384)
RATES/FATES Estatutário	(75.204)
RESULTADOS ABRANGENTES	<u>2.440.589</u>

UNIMED DE DRACENA COOP.DE TRAB.MEDICO									
CNPJ - 68.204.486/0001-13									
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO									
(VALORES EM R\$ 1)									
	Capital Social	Reservas					Sobras	Total	
		Legal	RATES	Contingências	Investimento	Manutenção do PA			Contingências
Saldos em 31 de dezembro de 2021	11.393.507	3.556.021	589.882	519.453	-	74.442	435.043	682.080	17.250.428
Deliberação da AGO:									
Incorporação de sobras no capital	157.534							(157.534)	-
Distribuição de sobras									-
Destinação de sobras para reserva		24.546			500.000			(524.546)	-
Capitalização com juros sobre capital	728.125								728.125
Destinação para Fundo									-
Destinação Inadimplência Rejuste ANS									-
Integralização de capital por admissões	48.000								48.000
Baixas de capital	(256.996)								(256.996)
Utilização da RATES			(376.987)					376.987	-
Reversão do Fundo									-
Distribuição antecipada de sobras									-
Sobra líquida do exercício								491.983	491.983
Constituição de reservas legal e estatutárias									-
Reserva legal 10%		47.026						(47.026)	-
RATES 5%			23.513					(23.513)	-
Fundo de Ass. Técnica, Educacional e Social			21.727					(21.727)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.070.170	3.627.593	258.135	519.453	500.000	74.442	435.043	776.704	18.261.540
Deliberação da AGO:									
Incorporação de sobras no capital								-	-
Distribuição de sobras									-
Destinação de sobras para reserva			300.000		476.705			(776.704)	1
Capitalização com juros sobre capital	723.334								723.334
Destinação para Fundo UTV									-
Destinação Inadimplência Rejuste ANS									-
Integralização de capital por admissões	33.333								33.333
Baixas de capital	(2.901.676)								(2.901.676)
Utilização da RATES			(411.063)					411.063	-
Reversão do Fundo						(74.442)	(435.043)		(509.485)
Reversão Reserva Inadimplência Rejuste ANS									-
Distribuição antecipada de sobras									-
Sobra líquida do exercício								2.462.882	2.462.882
Constituição de reservas legal e estatutárias				509.485					509.485
Reserva legal 10%		238.768						(238.768)	-
RATES 5%			119.384					(119.384)	-
Fundo de Ass. Técnica, Educacional e Social			75.204					(75.204)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	9.925.161	3.866.361	341.660	1.028.938	976.705	-	-	2.440.589	18.579.414

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UNIMED DE DRACENA COOP.DE TRAB.MEDICO

CNPJ - 68.204.486/0001-13

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EM R\$ 1)

	<u>SALDO EM</u> <u>31/12/2023</u>	<u>SALDO EM</u> <u>31/12/2022</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimento de Planos Saúde	50.792.448	47.349.105
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	63.249.399	48.117.815
(+) Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	1.561.203	233.738
(+) Outros Recebimentos Operacionais	3.924.487	3.102.500
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(29.181.771)	(29.465.318)
(-) Pagamento de Comissões	(39.059)	(24.318)
(-) Pagamento de Pessoal	(3.081.101)	(3.054.180)
(-) Pagamento de Pró-Labore	(371.549)	(387.545)
(-) Pagamento de Participações em Resultados	(594.400)	-
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	(314.949)	(371.451)
(-) Pagamento de Tributos	(3.427.634)	(5.970.913)
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(24.088)	(75.044)
(-) Pagamento de Aluguel	(101.214)	(94.230)
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	(113.904)	(103.910)
(-) Aplicações Financeiras	(69.298.141)	(46.993.535)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(12.007.771)	(12.827.450)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>971.956</u>	<u>(564.736)</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	-	30.000
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado – Outros	(197.343)	(138.476)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(197.343)</u>	<u>(108.476)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(+) Integralização de Capital em Dinheiro	-	48.000
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	-	744.536
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	-	(42.873)
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	(761.955)	(110.219)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(761.955)</u>	<u>639.444</u>
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	<u>12.658</u>	<u>(33.768)</u>
CAIXA SALDO INICIAL	<u>24.111</u>	<u>57.879</u>
CAIXA SALDO FINAL	<u>36.769</u>	<u>24.111</u>
Ativos Livres no Início do Período	<u>8.476.007</u>	<u>10.646.622</u>
Ativos Livres no Final do Período	<u>15.500.156</u>	<u>8.476.007</u>
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS – RECURSOS LIVRES	<u>7.024.149</u>	<u>(2.170.614)</u>

Unimed de Dracena Cooperativa de Trabalho Médico

Notas Explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed de Dracena Cooperativa de Trabalho Médico ("Cooperativa"), sediada em Dracena SP, contava com 76 cooperados no fim de 2023, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento dos serviços de assistência médica.

Os planos de saúde propiciam o atendimento às necessidades de saúde de seus beneficiários, mediante o acesso à rede de prestadores de serviços cooperados e credenciados na sua cidade sede e região. A Cooperativa conta com uma unidade de farmácia localizada no município de Dracena SP, onde atende exclusivamente seus funcionários, cooperados e beneficiários. Em janeiro de 2014, a Cooperativa inaugurou seu pronto atendimento beneficiando seus usuários e demais beneficiários de outros convênios e particulares.

2. AMBIENTE REGULATÓRIO

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. Como operadora de planos de assistência à saúde, a Cooperativa encontra-se registrada na ANS, sob o nº 31.478-1.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Lei das Sociedades Cooperativas (Lei nº 5.764/71) e pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendadas pela ANS. As demonstrações financeiras de 2023 e de 2022 estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através de Resolução Normativa — sendo a última, RN nº 528 de 06 de maio de 2022.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 02 de fevereiro de 2024 e não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das Demonstrações Financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. A Administração da Cooperativa afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

3.2 Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Cooperativa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cooperativa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, referente às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Caixa e equivalentes de caixa — disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante e estão classificadas como:

- > Aplicações garantidoras de provisões técnicas: nos termos da RN nº 392/2015 e posteriores alterações. As aplicações vinculadas possuem cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira e devem ser suficientes para garantir o saldo da: provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados a mais de 60 dias, provisão para eventos ocorridos e não avisados e provisão para remissão. As aplicações não vinculadas têm como objetivo lastrear o saldo da provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados nos últimos 60 dias e que não necessitam de garantias vinculadas.
- > Aplicações livres: são resgatáveis no prazo de até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

4.2 Ativos financeiros

Classificação

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Cooperativa compreendem: disponível, aplicações financeiras, créditos de operações com planos de assistência à saúde, créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora e outros créditos.

Reconhecimento e mensuração

Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros não derivativos

A Cooperativa reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Cooperativa classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos

financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Cooperativa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: eventos indenizáveis, débitos de operações de assistência à saúde e outras contas a pagar.

4.3 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Cooperativa avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os créditos de operações com planos de assistência à saúde e os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, os critérios para o cálculo da provisão para perda (impairment) estão determinados por Resolução Normativa conforme demonstrado na nota 4.4.

4.4 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, dos ingressos originados dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

4.5 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado". O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Cooperativa e sua unidade de farmácia e serviços próprios: Pronto Atendimento.

4.6 Investimentos

Representados basicamente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica avaliados pelo custo.

4.7 Imobilizado

Compreendido, predominantemente pela infraestrutura administrativa e hospitalar, máquinas e equipamentos, inclusive hospitalares. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

	<u>Taxa de depreciação</u>
Edificações	4%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%
Veículos	20%
Outras imobilizações	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

4.8 Ativos intangíveis — software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares à taxa de 20% a.a.

4.9 Impairment de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cooperativa, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrado a perda por impairment entre essa diferença.

4.10 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A participação mínima dos empregados no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima, quando aplicável, são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

Os valores dos dispêndios com pessoal estão demonstrados na nota 21.

4.11 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir a liquidez financeira e operacional da operadora de planos de assistência à saúde, conforme demonstrado na nota 13. Segue um breve descritivo sobre a prática contábil para as provisões técnicas:

(I) Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas - PPCNG

É constituída conforme previsto na RN nº 314/12 da ANS e caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela Cooperativa para cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de ingressos de prêmios ou contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.

(II) Provisão para remissão

Provisão calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. Foi estabelecida por Resolução Normativa da ANS e constituída pelo valor definido por laudo técnico atuarial.

(III) Provisões para eventos a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

(IV) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados — PEONA

É calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Cooperativa por falta de avisos.

(V) Provisão de eventos a liquidar para o SUS

Referem-se a cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei nº 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde.

4.12 Cotas de cooperados

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, os cooperados têm seu capital social devolvido conforme Estatuto Social e a legislação cooperativista.

4.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (impairment) quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nos ingressos, dispêndios e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de dispêndios e ingressos financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

4.15 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- > Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- > Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.
- > Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

4.16 Ingresso operacional

Reconhecimento dos ingressos e respectivos custos

Por determinação da ANS, são classificados como "contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde" o resultado líquido dos ingressos (receitas), deduzidas às variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registradas por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação e modalidade de cobertura.

A apropriação dos ingressos observa o regime de competência de exercícios considerando:

- (i) nos contratos com preços preestabelecidos, o período de cobertura contratual; e
- (ii) nos contratos com preços pós-estabelecidos, a data em que se fazem presentes os fatos geradores do ingresso.

A apropriação dos respectivos custos (eventos indenizáveis) ocorre quando do recebimento das respectivas contas e através da constituição de provisão como referido na **nota 13**.

Os demais ingressos e dispêndios observam o regime de competência de exercícios para o seu reconhecimento.

Atos cooperativos

São segregados em atos cooperativos e atos não cooperativos, para fins de apuração de incidência tributária aplicável à sociedade. Os Atos Cooperativos correspondem aos serviços praticados entre as Cooperativas e seus cooperados e pelas Cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais (Lei nº 5764, art.79). Os Atos não cooperativos refletem as operações realizadas por prestadores não cooperados.

Ingressos financeiros e dispêndios financeiros

Os ingressos financeiros abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. O ingresso de juros é reconhecido no resultado, através do método dos juros efetivos.

Os dispêndios financeiros abrangem juros incorridos até a data do balanço e descontos concedidos.

4.17 Imposto de Renda e Contribuição Social — Correntes

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente das operações com cooperados é isento destes tributos.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Modalidade	2023	2022
CDB - Pós-fixado	3.716.043	3.356.756
Fundo dedicado ao setor de saúde suplementar	3.135.199	2.832.480
Garantidoras de provisões técnicas	6.851.242	6.189.236
CDB DI Pós-fixado	15.463.387	8.451.895
Livres	15.463.387	8.451.895
Total	22.314.629	14.641.131

As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários. As taxas de juros são as normais do mercado para as

modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

A Cooperativa apresentou as aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas, nos termos da RN nº 392/2015 e posteriores alterações da ANS. A vinculação deve ser realizada em Fundos Dedicados à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras e sua utilização imediata necessitará de breve autorização pela ANS à instituição financeira.

6. CREDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	2023	2022
Contraprestações pecuniárias	1.277.799	319.486
- Provisão para perdas sobre créditos — PPSC (i)	(47.526)	(39.579)
	1.230.273	279.906
Participação de Beneficiários	121.985	75.210
Operadoras de planos de assistência à saúde	515.006	499.211
Outros créditos de operações com planos de assist. a saúde (ii)	210.401	182.918
Total	2.077.665	1.037.246

- (i) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhado no item 4.4. A Administração da Cooperativa, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.
- (ii) Os valores referem ao Fundo de Custeio junto a Unimed FESP cujo objetivo é para suprir com eventuais eventos assistenciais de alto custo.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Cooperativa não mantém nenhum título como garantia.

7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANO DE SAÚDE OPERADORA

Descrição	2023	2022
Intercâmbio a receber — atendimento eventual	1.022.346	1.828.463

Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.

8. BENS E TÍTULOS A RECEBER

Descrição	2023	2022
Estoques (i)	791.526	705.835
Títulos a receber	296.412	300.750
Adiantamentos	42.866	82.303
- Provisão ara perdas sobre créditos — PPSC	(8.712)	(10.067)
Total	1.122.092	1.078.821

(i) Estoque de medicamentos disponível para comercialização na farmácia e utilização no Pronto Atendimento.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Descrição	2023	2022
Depósitos judiciais — Ressarcimento ao SUS (i)	0,00	0,00
Processos Receita Federal do Brasil (ii)	850.753	985.017
Total	850.753	985.017

(i) Trata-se de depósitos judiciais realizados sobre Guias de Recolhimento da União (GRU), que estão cobradas e contestadas judicialmente, referente ao ressarcimento de despesas assistenciais com beneficiários de planos de saúde da Cooperativa, ocorridas na rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). O montante devido está registrado no passivo circulante, **nota 13**.

(ii) A Cooperativa está contestando judicialmente a exigibilidade de tributos. Os montantes em discussão estão representados por valores atualizados, correspondidos no passivo não circulante, **nota 18**.

10. INVESTIMENTOS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Unimed do Estado de São Paulo Federação	288.348	288.348
Federação Intrafederativa Centro Oeste Paulista	1.464.497	1.464.372
Central Nacional Unimed	44.254	40.982
Banco Sicredi – quota capital	902	223
Total	1.808.046	1.793.925

Os investimentos em sociedades cooperativas não representam controladas e/ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição, e deduzidos da provisão para impairment, quando aplicável.

11. IMOBILIZADO

Descrição	31/12/2022	Aquisições	Baixas	31/12/2023
Custo corrigido				
Terrenos	742.359	0	0	742.359
Edificações	6.120.866	0	0	6.120.866
Instalações	29.279	0	0	29.279
Máquinas e equipamentos	1.672.891	152.179	10.471	1.814.599
Móveis e utensílios	547.971	4.061	942	551.090
Computadores e periféricos	392.267	5.589	27.426	370.430
Veículos	92.500	0	0	92.500
Outras imobilizações	147.785	42.141	0	189.926
	9.745.918			9.911.049

Depreciação acumulada				
Edificações	-2.182.336	244.770		-2.427.106
Instalações	-15.258	1.102		-16.360
Máquinas e equipamentos	-943.993	95.677	9.000	-1.030.670
Móveis e utensílios	-329.197	18.803	781	-347.219
Computadores e periféricos	-352.319	537	13.349	-339.507
Veículos	-30.150	6.235		-36.385
Outras imobilizações	-70.485	11.884		-82.369
	-3.923.738			-4.279.616

5.822.180

5.631.433

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2022 e de 2021, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2023 e de 2022, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

De acordo com as normas do CPC 06 que trata sobre arrendamentos, o objetivo do CPC 06 é estabelecer critérios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das operações de arrendamento pelos arrendatários e arrendadores em suas demonstrações financeiras.

Descrição	31/12/2022	Adições	Depreciações	31/12/2023
Direito de Uso de Arrendamentos	423.744	-	(251.630)	291.304

12. INTANGÍVEL

Descrição	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Softwares e aplicativos	846.145	33.000,00		878.158
(-) Amortização acumulada	-698.398		69.314,12	-766.831
Total	147.747		69.314,12	111.327

13. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	2023	2022
Provisão de prêmio/ contraprestação não ganha — PPCNG	203.638	209.313
Provisão de Insuficiência de Prêmios	261.704	691.569
Provisão para remissão	133.152	166.234
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	25.366	15.083
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar	1.222.421	1.394.321
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	1.728.166	2.387.791
Circulante	3.859.527	4.864.311
Provisão para remissão	41.776	61.160
Não circulante	41.776	61.160
	3.901.303	4.925.471

A forma de constituição e manutenção das provisões técnicas estão descritas na nota 4.11.

A ANS, por meio de Resolução Normativa, passou a exigir das operadoras a partir daquelas datas, de Patrimônio Mínimo Ajustado, Margem de Solvência, Provisão de prêmio/ contraprestação não ganha — PPCNG, Provisão para Remissão e Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA), entre outras provisões a serem estabelecidas para garantia de obrigações contratuais. Os indicadores de regulação estão demonstrados na **nota 24**.

As mencionadas Provisões Técnicas estão garantidas por aplicações do segmento de renda detalhadas na **nota 5**, atendendo aos critérios estabelecidos pela RN da ANS, representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB e quotas de Fundo de Investimentos, dedicados ao Setor de Saúde Suplementar.

14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	2023	2022
Receita Antecipada de Contraprestações (i)	6.610	14.490
Operadoras Plano Assistência Médico (Hospitalar) (ii)	501.989	112.075
Outros Débitos de Operações com Plano de Saúde (iii)	2.149	2.194
Total	510.748	128.759

(i) São registrados os valores recebidos antecipadamente referente mensalidades de pessoas físicas.

(ii) São registrados os valores referentes a contabilização do intercâmbio de corresponsabilidade cedida.

(iii) São registrados os valores destinados aos fundos de custeio.

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIAS À SAÚDE

Descrição	2023	2022
Débitos de Prestação de Serviços/ Intercâmbio (i)	852.228	895.948

(i) Débitos originados das transações de intercâmbio eventual.

16. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Descrição	2023	2022
IRPJ A RECOLHER	206.667	22.860
CSLL A RECOLHER	83.040	12.550
FGTS	27.545	26.405
INSS	163.236	156.156
IRRF	546.523	271.228
PIS/COFINS/CSLL retidos	28.205	29.656

ICMS	1.180	1.958
COFINS	56.807	40.959
PIS	9.231	6.533
Contribuição sindical	-	-
ISS	64.605	-
Total	1.187.039	568.305

17. DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Obrigações com pessoal	443.783	376.335
Fornecedores (i)	717.142	735.071
Outros débitos a pagar	716	884
Passivo de Arrendamentos – Valor Presente	131.728	128.294
Juros sobre capital próprio (ii)	3.856.063	1.049.386
Total	5.149.432	2.289.970

- (i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar a fornecedores de materiais e medicamentos farmacêuticos, que estão disponibilizados na farmácia para comercialização e utilização no pronto atendimento.
- (ii) Juros sobre capital próprio calculado à taxa de **6%** sobre o capital de cada cooperado.

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Encontram-se em questionamento ações na área tributária. A Administração da Cooperativa, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas.

Os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

Descrição Tributária	<u>2023</u>	<u>2022</u>
IRPJ (i)	850.753	612.581
ANS — Taxa saúde suplementar (ii)	77.029	77.029
ISS (iii)	5.017.982	-
Cível (iv)	88.647	163.656
Provisão Para Piso de Enfermagem	98.579	59.993
Total	6.132.990	913.259

Adicionalmente, a Cooperativa possui depósitos judiciais registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante **nota 9**.

- (i) A Cooperativa sofreu auto de infração e imposição de multa lavrado pela Receita Federal relativo ao não pagamento do IRPJ correspondente aos anos base de 1995 a 1998. A Administração da Cooperativa suportada pela assessoria jurídica entende que as possibilidades de ganho são remotas, tendo em vista que o valor de depósito judicial já foi até mesmo levantado pelo Judiciário, sendo assim a chance de ganhos do processo é praticamente nula.
- (ii) A Cooperativa discute na justiça a ilegalidade e a inconstitucionalidade da taxa de saúde suplementar de exigibilidade da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Atualmente existem decisões favoráveis às operadoras de planos de assistência à saúde que ingressaram com ação judicial.
- (iii) Definida base de cálculo ISS conforme descrita na legislação municipal. A operadora vem recolhendo ISS e mantém provisionado valores de exercícios anteriores .

(iv) Além desse valor constituído a Cooperativa discute ações cíveis no montante de R\$ 357.231,48 (R\$ 343.192,48 em 2022), cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2022 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

Durante o curso normal de seus negócios, a Cooperativa fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas as revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O Capital social de **R\$ 9.925.161** é formado por cotas partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma e classificado no patrimônio líquido, conforme o artigo 140 da Lei nº 13.097/2015. O quadro de cooperados da Cooperativa **em 31 de dezembro de 2023 é de 76**. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- > 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- > 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social — RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação;
- > outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

Reserva para desenvolvimento

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em exercícios anteriores foi deliberado a constituição da reserva para desenvolvimento, cuja finalidade é a retenção do valor para compra dos equipamentos e manutenção da unidade de pronto atendimento.

Reserva para manutenção do pronto atendimento (PA)

Em Assembleia Geral realizada em 2015, foi deliberada a constituição da reserva para manutenção do PA (Pronto Atendimento). Essa reserva será utilizada para manutenção e ampliação do pronto atendimento, assim deixando equipado com centro cirúrgico, além de aplicação de tecnologia de ponta para prestar atendimento da melhor forma possível aos beneficiários.

As obras iniciaram no ano de 2024, com previsão para término durante o mesmo período, a tendência é que o pronto atendimento tenha capacidade para execução de cirurgias, transformando assim em um Hospital Dia.

Reserva para contingências regulatórias

Tem por finalidade a proteção da Cooperativa frente as exigências da regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Resultado à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias e legais ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação. As perdas são compensadas com as reservas existentes na data do balanço.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei nº 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2023	2022
Pessoal	-2.728.924	-2.944.947
Honorários diretoria e conselho	-743.104	-711.040
Serviços de terceiros	-963.561	-644.988
Localização e funcionamento	-1.548.220	-1.582.955
Publicidade e propaganda	-107.566	-65.628
Tributos	-146.409	410.220
Diversas	-564.586	-487.688
Total	-6.802.370	-6.027.026

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

<u>Ingressos financeiros</u>	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	1.941.033	1.429.233
Juros por recebimentos em atraso	55.997	75.780
Descontos obtidos	30.989	1.588
Outras receitas	2.153.166	370.184
Total Ingressos	4.181.185	1.876.785
<u>Dispêndios financeiros</u>	2023	2022
Juros e multa	-5.542	-137.320
Descontos concedidos	-8.029	-35.483
Juros sobre capital próprio	-770.185	-734.684
Despesas bancárias	-75.745	-56.092
Outras despesas	-20.124	-61.459
Total Dispêndios	-879.625	-1.025.038
Total	3.301.559	851.747

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de três anos, sendo permitida uma reeleição para o mesmo cargo, já para o Conselho Fiscal o mandato é de 1 ano com obrigatoriedade de troca de 2/3 dos seus membros.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista:

Descrição	2023			2022		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Conta Corrente de Cooperados	37.348			3.725		
Remuneração dos Administradores e Conselhos			743.104			711.039
Produção Médica			10.133.884			7.397.361

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ATIVOS GARANTIDORES ANS

23.1 Gestão de riscos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira que identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Valor Contábil	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Disponível	36.769	24.112
Aplicações Financeiras	22.314.628	14.641.131
Créditos de operações com planos de assist. à saúde	2.077.665	1.037.246
Créditos de op. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	1.022.346	1.828.463
Bens e títulos a receber	330.565	372.986
Total	25.781.973	17.903.937

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre as contas a receber está em linha com a resolução normativa da ANS, que estabelece que deve ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de planos de assistência à saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os critérios estabelecidos nessa RN detalhado na nota **4.4**.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pela ANS.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

Disponível

Basicamente representado por valores em conta corrente. O excedente de caixa é imediatamente investido em aplicações de liquidez imediata.

Aplicações financeiras

A Cooperativa possui aplicações financeiras com classificação de risco baixa. A Administração classifica os investimentos de liquidez imediata (exceto as aplicações garantidoras da ANS) e de baixo risco.

Para avaliação do risco de liquidez a Cooperativa se pauta das análises aplicadas para atendimento a Resolução Normativa da ANS relacionadas aos:

(I) Recursos próprios mínimos

Consideram-se Recursos Próprios Mínimos o limite do patrimônio líquido que deverá ser observado pelas Operadoras de Planos de Saúde (OPS), a qualquer tempo, de acordo com os critérios de Patrimônio Líquido Ajustado e Margem de Solvência. A Resolução Normativa ANS nº 451, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (DIOPE), define os ajustes por efeitos econômicos no patrimônio das OPS a ser considerado para fins de adequação às regras de Recursos Próprios Mínimos (Patrimônio Líquido Ajustado — PLA) e Margem de Solvência.

O Patrimônio líquido ajustado em **31 de dezembro de 2023 é de R\$ 19.482.231 (R\$ 18.261.540 em 2022)**.

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos.

24. COBERTURA DE SEGURO

A Administração da Cooperativa adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros.

Dracena/SP, 31 de dezembro 2023.

Paula Erika Osaki da Fonseca
Diretora Presidente
CPF: 120.073.528-50

Vinícius Ribeiro
Contador: CRC- 1SP338506
CPF: 445.075.928-10